



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

670/2021

Senhor Presidente,


Requeiro a esta comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as condutas da BHtrans, criada pelo requerimento 145/2021, que seja intimada a Senhora Shaila Santos da Silva, responsável pela assinatura do relatório feito pela empresa Maciel Consultores em 2018, apurando as contas do transporte coletivo na capital, para prestar depoimento a esta comissão, pessoalmente, no dia 15 de julho de 2021, às 9:30, no plenário Amyntas de Barros, na condição de testemunha, sob pena de sua condução coercitiva ser requerida ao juiz criminal, caso não compareça, sem motivo justificado, de acordo com o Art. 58 § 2º, do Regimento Interno desta casa, e do Art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 1579/52.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2021.


Vereador

Ao Senhor
Vereador Gabriel
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans

Proposição inicial
Avulsos distribuídos em:
23 / 6 / 21


Responsável pela distribuição

CMBH_DIREG-23/jun/21-13:53:13-001374-1

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES PRESIDENTE, RELATOR E MEMBROS
DA CPI BHTRANS - REQUERIMENTO 145/2021 - BELO HORIZONTE / MG.

• **EMENDA (SUBSTITUIÇÃO) DE PLEITO ANTERIOR**

Apuração e comparação em Belo Horizonte de tarifa de ônibus do transporte público mais cara, *(não módica, ilegal e maculada de sobrepreço, sobrelucro e subtração de dinheiro dos usuários)* e de custo de mão de obra mais barato que em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus tipo quem para receber 5 + 5 é = a 12 e para pagar é = a 8 e constatação de cláusula contratual iníqua, exagerada / abusiva; de portarias ilegais / imorais concedendo tarifa subjetiva e extorsiva (sem a fórmula de reajuste) e de que a BHtrans é de fato uma "Caixa Preta" cujo "nobre" Prefeito Municipal perdeu a chave (?) combinados com a feliz instauração da CPI na Câmara Municipal impulsionam a ONG Brasil Legal e ONGs aliadas a apresentar perguntas.

Ainda mais diante de pseudoauditoria (dolosa encenação de auditoria), 3 (três) judicializações sociais / cidadãos e resistências múltiplas para manutenção da "Caixa Preta" fechada e do sobrepreço / sobrelucro e subtração perpetrada.

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL - ABL, qualificada em petição anterior emendada e complementada, pelo presidente Fernando Fernandes de Abreu, inscrito no CPF/MF sob o nº. 898.922.088-20 conhecedora do "imbróglio" transporte público desta capital por ter realizado levantamento (apuração) e comparação das tarifas de ônibus urbano, bem como do custo da mão de obra praticados em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus e contextos com os de Belo Horizonte do sistema

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 21/06/21
Hora: 11:16:42

~~SIL 1504~~

Digitalizado com CamScanner

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

Caixa Preta capitaneado pelo impoluto ex-presidente Celso Freitas Bouzada resultando o Mandado de Segurança 5061300-30.2018.8.13.0024 no qual a empresa pública e o judiciário pelos seus agentes reduziram a "pó" e "tabula raza" os ditames do parágrafo único da lei 12.527/11 e similar 5211230-94.2019.8.13.0024 objetivando a proibição de motorista cumular cargo de Agente de Bordo com resistências insólitas / sutis e também E ESPECIALMENTE a Ação Civil Coletiva 5138912-79.2020.8. 13.0024 que objetiva a Declaração de Nulidade da subcláusula 11.3.1 dos contratos de concessão dos serviços de transporte e das Portarias BHTRANS DPR 135/2016 e 168/2018; a devolução dos valores cobrados a maior e a margem da lei nas tarifas perpetradas aos consumidores do dito serviço público no montante de R\$ 1.040.000.000, 00 (...); a determinação da média das tarifas de ônibus urbano praticadas nas 06 (seis) capitais comparadas e supra referidas como a tarifa de Belo Horizonte e também a quebra de sigilos bancários e fiscais para aferir o caminho do dinheiro subtraído do povo na forma de doloso sobrepreço e superfaturamento da tarifa, considerando o noticiado novo depoimento do ex-presidente da BHtrans, o supra "sintetizado" e alhures detalhado, sobretudo comprovado, e tendo o interesse público e social bem como os princípios constitucionais da eficiência, legalidade, probidade e moralidade à frente pondera e INFORMA AOS NOBRES PRESIDENTE, RELATOR e membros da CPI algumas das perguntas necessárias ao imbróglio e sugere a formulação:

➤ Diga-se primeiro e de passagem, que o ex-presidente da BHtrans, Célio Freitas Bouzada, sendo agora Assessor da Presidência afigura "Eminência Parda" no sentido exato do termo e duplamente suscetível aos seguintes questionamentos:

1 - => O que explica (e arrima) a tarifa de R\$ 4,05 em 2017 definida pela portaria BHTRANS DPR 135 de 2016, SE, conforme as pags. 49/52 do Relatório de Verificação de Custos, fls. 147/159 do Relatório Final da "Verificação" realizada pela Maciel Consultores SS Ltda, => a evolução dos custos do transporte de Belo Horizonte de 2013 (R\$ 1.064.150.953,00) para 2016 R\$ 1.259.884.484,00) foi de 18,4 %, que acrescidos ao valor da tarifa de 2012 (R\$ 2,65) resulta R\$ 3,137 (R\$ 3,15 / 20) ?;

2 - => Porque a BHtrans realizou reunião com empresários segundo noticiado pelos Jomais Estado de São Paulo e O TEMPO / BH (reunião confirmada por e-mail que justificou a inexistência de ata) impedindo o acesso do Movimento Tarifa Zero e ABL Inclusive, para combinar furtivamente tarifa subjetiva, QUANDO BASTAVA APLICAR A FÓRMULA E OS ÍNDICES DETERMINADOS PELA SUBCLÁULA 11.3.1 DOS CONTRATOS ?;

Pág. 2 / 8 - Enviado para o e-mail disponibilizado.

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

3 - => Em tempo de múltiplas informações divulgadas na internet e princípios da EFICIÊNCIA e moralidade, além da legalidade => a BHtrans acompanhava e comparava ou compara os valores das tarifas de ônibus praticadas em Belo Horizonte com os de outras capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus, metrópoles de parâmetros variados (populações, áreas e orçamentos) ?;

4 - => V. Sa. e a BHtrans sabem que a tarifa de ônibus de São Paulo em 2008 era de R\$ 2,30 e de R\$ 4,30 em 2019 implicando evolução de 86.898 % (R\$ 2,30 + 86.958 % = R\$ 4,30) e no Rio de Janeiro era de R\$ 2,20 em 2008 e R\$ 4,05 em 2019 implicando evolução de 84,100 % (R\$ 2,20 + 84,100 % = R\$ 4,05), maiores que a de R\$ 2,10 em Belo Horizonte em 2008 cujo valor de R\$ 4,50 em 2019 significa evolução de 114,290 % e que aqui o que era menor ficou maior no período ?;

4.1 - (sequencia) => V. Sa. e a BHtrans têm conhecimento que a tarifa de ônibus do transporte público de Belo Horizonte evoluiu de 2008 para 2019/2021, => 27,332 % a maior que a de São Paulo e 30,19 % a maior que a do Rio de Janeiro e que, caso tivesse evoluído igual das capitais paulistana e fluminense, estaria na casa dos R\$ 3,92 e de R\$ 3,86 e sem pagamento a menor de mão de obra ?;

5 - => Porque a tarifa de ônibus do transporte público de Belo Horizonte no valor de R\$ 3,70 até 31/12/2016 atingiu R\$ 4,50 em 2019 (20/21) evoluindo 21.62 %, exatos 8,46 % a maior que a de São Paulo que evoluiu 13.16 % e 12.12 % a maior que a do Rio de Janeiro que evoluiu 9,5 % no mesmo período ?;

6 - => Em tempo de múltiplas informações divulgadas na internet e princípios da EFICIÊNCIA, moralidade além da legalidade => a BHtrans acompanhava, comparava ou compara os valores dos custos da mão de obra praticados aqui em Belo Horizonte com os de outras capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus, (metrópoles de populações, áreas, orçamentos diversos) ?;

6.1 - (sequencia) => V. Sa. e a BHtrans têm conhecimento de que em 2019 o custo de mão de obra do transporte público em Belo Horizonte referente a motorista e cobrador incluindo benefícios foi de R\$ 4.212,24 e com o fiscal de linha totaliza R\$ 5.811,04 conforme Convenção Coletiva de Trabalho do setor OU SEJA:

31,344 % menor que o parcial de São Paulo no valor de R\$ 6.135,31

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

15.718 % menor que total do Rio de Janeiro que totaliza R\$ 6.894,71;

17,293 % menor que o total de Salvador que totaliza R\$ 7.026,14;

5,587 % menor que o do Recife que totaliza R\$ 6.220,84;

9,239 % menor que o de Fortaleza que totaliza R\$ 6.402,63 e

37,414 % menor que o de Manaus que totaliza R\$ 9.284,74 igualmente conforme as convenções coletivas de trabalho das capitais comparadas ?; (CCTs juntadas no Mandado de Segurança 5211230-94.2019.8.13.0024).

6.2 - (sequencia) => O que V. Sa. e a BHtrans dizem sobre a realidade de Belo Horizonte ter tido em 2019 o custo da mão de obra do transporte público (motorista, cobrador – parcial, 31,344 % menor que São Paulo) e total 2) 15.718 % menor que o Rio de Janeiro; 3) 17,293 % menor que Salvador; 4) 5,587 % menor que o Recife; 5) 9,239 % menos que Fortaleza e 6) 37,414 % menor que Manaus ?;

7 - => Porque não se consignou entre os "considerandos" ou a parte nas portarias BHTRANS DPR 135 de 2016 e 168 de 2018 que reajustaram as tarifas de 2016 para 2017 (2018) e de 2018 para 2019 (2020/2021) e não se aplicou / adotou a fórmula determinada na subcláusula 11.3.1 dos contratos de concessão resultados da concorrência 131/2008 e índices de atualização e se preferiu subjetivismo e acertos ?;

8 - => Considerando que o custo da mão de obra do transporte público/BH é 50,66 % do custo total do sistema e que este (custo/BH) é 31,34 % menor que o de São Paulo e os outros 49,34 % iguais (mercado) => tais elementos implicam valor proporcional da tarifa paulistana de R\$ 4,30 menos 15,87 % (50,66 % de 31,34 %) ou R\$ 3,61 e a de R\$ 4,50 de Belo Horizonte R\$ 0,89 maior por conseguinte ?;

9 - => Porque a BHtrans celebrou o contrato de prestação de serviço n°. 2.460/18 com a Maciel Consultores para prestação de serviços de auditoria e de verificação independente, serviços relacionados nos itens "a" a "e" da cláusula primeira do Instrumento SEM LICITAR (COM LICITAÇÃO DE OUTREM) - SEM ELA PRÓPRIA LICITAR infringindo a lei 13.303/16 em seus arts. 1º, 28, 31, 32, 36 e 51, I a X, § 2º e afins ?;

9.1- (sequencia) => Porque a empresa pública BHtrans contratou auditoria (sem licitar, inclusive), pagou por auditoria que tem norma a regulamentar /

Pág. 4 / 8 - Enviado para o e-mail disponibilizado.

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

disciplinar e se calou, se omitiu, com relação ao consignado ao final do Relatório da empresa contratada, Maciel Consultores SS Ltda que ressaltou em síntese NÃO TER REALIZADO AUDITORIA e, enfim, porque, como no velho dito popular, aceitou "gato por lebre" e deixou o "dito pelo não dito", o não entregue (auditoria) como regular ?.

10 - => Como V. Sa. explica / responde a pratica de tarifas de ônibus menores em São Paulo (R\$ 4,30/4,40); Rio de Janeiro (4,05); Salvador (R\$ 4.00/4,20); Recife (R\$ 3.40); Fortaleza (R\$ 3,60/3,80) e Manaus (R\$ 3,80) e de CUSTO MAIOR de mão de obra em todas as ditas capitais (comprovado) e os demais iguais por estarem no mercado para todos e Belo Horizonte ter tarifa maior em vez de bem menor ?;

11 - => V. Sa. acha MÓDICA / RAZOAVEL a tarifa de R\$ 4,50 praticada em Belo Horizonte tendo em conta a de R\$ 4,30 / 4,40 em São Paulo; R\$ 4,05 no Rio de Janeiro; R\$ 4.00 / 4,20 em Salvador; R\$ 3.40 no Recife; R\$ 3,60 / 3,80 em Fortaleza e R\$ 3,80 em Manaus e o fato de que aqui (BH) tem 50,66 % do custo menor, (Mão de Obra), não isenta idosos de 60 anos e se suprimiu o cargo de agente de bordo ?;

11.1 - (continuação) => V. Sa., diante da comparação das tarifas e dos custos das mão de obra (50,66 % em Belo Horizonte) é capaz de admitir que os demais custos, sendo de mercado, são iguais para todos => e que a tarifa de R\$ 4,50 praticada aqui em BH) não atende o final do § 1º do art. 6º da lei 8.987/95; os arts. 8º, VI e 14, I da lei 12.587/12 e se aplica o art. 6º, V e X do CDC, lei 8.078/90 ?;

12 - => V. Sa., por liberalidade e demonstração de espírito público ABRIRIA OU ABRE SEUS SIGILOS BANCÁRIOS, FISCAL E TELEFÔNICO independentemente da quebra conforme a lei no âmbito desta CPI ou de processo judicial pelo poder judiciário como foi pleiteado na Ação Civil Coletiva 5138912-79.2020.8.13.0024 ?;

13 - => A empresa Maciel Consultores SS Ltda contrata pela BHtrans conforme o Contrato 2.460/18 (concorrência 2017/002) CUMPRIU INTEGRALMENTE as determinações dos itens 2.2.2 e 2.3.2 do anexo I do edital, isto é, que "a contratada fará a apuração de todos os custos envolvidos nas concessões..." e que "os custos operacionais deverão ser discriminados MÊS A MÊS" (48 meses) ?;

13.1. - (sequencia) => A empresa Maciel Consultores contrata pela BHtrans conforme o Contrato 2.460/18 (concorrência 2017/002) cumpriu integralmente

Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES Nº 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

as determinações do item 2.3.2.1 do anexo I do edital, de que "A ESTRUTURA DE CUSTOS DEVERÁ SER MONTADA MÊS A MÊS (QUANTITATIVOS), CUSTO UNITÁRIO, COEFICIENTE DE CONSUMO E RESPECTIVO VALOR FINAL" e do item 2.3.2.7 ?;

13.2 - (sequência) => A empresa Maciel Consultores SS Ltda contratada pela BHtrans conforme o contrato n°. 2.460/18 (concorrência 2017/002) cumpriu integralmente o determinado no item 2 - DETALHAMENTO DO OBJETO, subitens 2.1,"c", 2.2.2, 2.3.2 e as obrigações estabelecidas pelos itens 2.3.2.7 e 2.18.2, "b" do ANEXO I - PROJETO BÁSICO, e do item "b" da Etapa 1 e item "e" da Etapa 2 do INÍCIO DA FASE 1 e a exigência último tópico da Etapa 6 da fase 3 início da Fase 4 de fl 62 de 91 do edital 2017/002 origem da licitação e do contrato 2.460/18 ?;

14 - => V. Sa. não estranhou o valor de R\$ 6,35 apresentado pela empresa Maciel Consultores para a tarifa significando 56,8 % de aumento de um ano para outro ($R\$ 4,05 + 56,8 \% = R\$ 6,35$) percentual estranhável até aos menos informados e ingênuos, enfim, que aquele valor era dolosamente um "bode na sala" ?.

14.1 - (continuação) => V. Sa. e a BHtrans pelos seus "cabeças" não estranharam também o fato de três consórcios / concessionários anuírem ao reajuste que passou a tarifa para "apenas" R\$ 4,50 e "perderem" calados / caladinhos 29 % do valor de R\$ 6,35 ("bode na sala") apontado na pag. 89 de 90, fl. 649 do Relatório Final da Verificação dita independente diversa e estranhamente do que fizeram sempre ?;

14.2 - (continuação) => O fato de o CONSÓRCIO DEZ manejar a TUTELA CAUTELAR ANTECIPADA 5214590-37-2017.8.13.0024 para que o poder judiciário determinasse ao Município cumprir o contrato celebrado utilizado da fórmula paramétrica nele prevista para fins de reajuste e homologar os cálculos de reajuste tarifário significa que referida obrigação contratual (subcláusula 11.3.1) não foi cumprida ?;

14.3 - => A BHtrans já resolveu a pendência contratual e realizou a repactuação contratual na forma de aditivo referente ao índice "RODAGEM" (subcláusula 11.3.1, ROI, ROo, dos contratos) que segundo alegado em Embargos opostos na Tutela 5214590-37.2019.8.13.0024 foi descontinuado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ?;

15 - => V. Sa. já foi citado e contestou a Ação Civil Coletiva 5138912-79.2020.8.13.0024 que tem o senhor como um dos réus e objetiva a declaração de

*Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

nulidade da subcláusula 11.3.1 dos contratos de concessão do transporte e das portarias BHTRANS DPR 135/2016 e 168/2018 que reajustaram tarifas a margem da fórmula contratada e pleiteia também a restituição do sobrepreço cobrado/subtraído dos consumidores (R\$ 1.040.000.000,00) e a definição da tarifa média para B. Horizonte ?;

16 - => V. Sa., os diretores da BHtrans e a empresa tinham e têm conhecimento da isenção da tarifa de transporte público a idosos com idade a partir de 60 anos no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Porto Velho e outras capitais e cidades brasileiras como no ABC paulista, baixada santista e Osasco por exemplo e em cidades do interior mineiro como Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, Ipatinga e Varginha ?;

17 - => V. Sa., bem como os diretores da BHtrans obedeceram o parágrafo único do art. 12 da lei 12.527/11 e parágrafo único do art. 10 da lei municipal 14.906/12 e a lei 9.051/95 => quando requeridos para fornecer cópia do processo licitatório referente a concessão do transporte público e certidão na forma de demonstrativo dos índices contratados nas subcláusulas 11.3 e 11.3.1 dos contratos ?;

17.1 - (continuação) => Porque a BHtrans não emitiu e apresentou o boleto ou DAE ou similar a ONG Brasil Legal que aceitou pagar cópia de documentos referentes ao processo licitatório concorrência 2017/002 e pleiteou o instrumento para o pagamento exigido em resposta a pleito via BH Resolve significando, pois, não querer receber e intenção de não fornecer informações e documentos nem com pagamento ?;

18 - => V. Sa. e os diretores da BHtrans e a própria empresa tinham e têm conhecimento que Belo Horizonte tem "Orçamento per Capta" e "Orçamento por área / km²)" maiores que os de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus, isto é, mais dinheiro proporcionalmente falando e maior capacidade relativa de subsidiar o transporte coletivo público sem tirar dinheiro de outros setores ?;

19 - => V. Sa. pode interceder junto ao atual presidente da BHtrans para fornecimento à esta CPI de cópia dos processos licitatórios concorrência 131/2008 e concorrência 2017/002 e dos pagamentos e de demonstrativo apontando os índices ano a ano referentes a fórmula estabelecida na subcláusula 11.3.1 e a comprovação ?.

20 - => Considerando que o Prefeito Municipal declarou diversas vezes que a auditoria realizada no transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte (pela

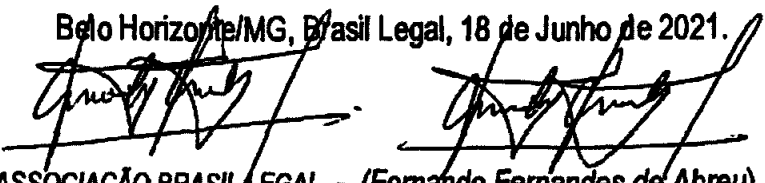
Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

Maciel Consultores) foi acompanhada ("fiscalizada") pelo Ministério Público e Tribunais de Contas e de Justiça => quais foram os representantes das instituições que acompanharam / fiscalizaram o expediente e quais são o documentos das entidades que comprovam os acompanhamentos propagados/divulgados ?.

21 - => Em quais instituições (faculdades e outras), V. Sa. é professor e dá aulas e em quais dias, horários e matéria (s) leciona efetivamente ?.

Belo Horizonte/MG, Brasil Legal, 18 de Junho de 2021.


ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL - (Fernando Fernandes de Abreu).

Segundo o ilustre Delegado da Polícia Federal Dr. Alexandre Saraiva no programa Roda Viva da Tv Cultura, São Paulo, em 07/06/2021 - a intenção de criminosos e fraudadores é sempre *"dar aparência de legalidade a seus atos"* - alertando a ONG Brasil Legal que às vezes o furtivo crime organizado que capturou o Estado brasileiro (dito por Celso de Melo) articula para a promoção de aferições abordando questões de menor gravidade e com métodos inadequados deixando ilícitos explícitos e lesividades maiores a parte, tipo apenas *"para inglês ver"* com o resultado usado como tudo investigado e legal e *aparência de legal* promovendo-se a impunidade em prejuízo da sociedade e do interesse maior.

Exemplos: Auditoria em barragem da Vale em Brumadinho por empresa alemã que "não viu" o risco de desastre E DEU O QUE DEU e Auditoria do transporte em BH/MG por empresa migrante, que contratada para fazer algo diz que não fez.

Pondera-se que ouvido como testemunha tem que responder e não pode mentir / enganar sob pena de responsabilidade.

COMPARATIVO FUNDAMENTADO / COMPROVADO DAS TARIFAS
DE ÔNIBUS URBANO COMUM E DO CUSTO DE MÃO DE OBRA
DO TRANSPORTE PÚBLICO DE BELO HORIZONTE, SÃO PAULO,
RIO DE JANEIRO, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E MANAUS.
(MÃO DE OBRA IGUAL 50,6 % DO CUSTO DO SISTEMA DE BELO HORIZONTE)

CONTEXTUALIZAÇÃO: COMPARAÇÃO FORMAL DOS ORÇAMENTOS,
POPULAÇÕES E ÁREAS E APURAÇÃO DOS “ORÇAMENTOS
PER CAPTAS” E “ORÇAMENTOS POR ÁREA / KM²” DECORRENTES
QUE APONTAM A CAPACIDADE DE SUBSÍDIAR NAS REFERIDAS
CAPITAIS E REGISTRO DAS “RENDAS PER CAPTAS” QUE INDICAM
O PODER AQUISITIVO DOS HABITANTES E NECESSIDADE DO POVO

TARIFA PROPORCIONAL MENOR RESULTADO DA COMPARAÇÃO
DO CUSTO DA MÃO DE OBRA E DA CONTEXTUALIZAÇÃO E
PERPETRAÇÃO DE TARIFA “NÃO MÓDICA” E “EXCESSIVAMENTE
ONEROSA”, SOBREPREÇO / SOBRELUCRO DE R\$ 1.040.000.000,00
(R\$ 840.000.000,00 EM 2017 / 2019), CLAÚSULA CONTRATUAL
DE REAJUSTE ILEGAL, PORTARIAS E DECRETO A AMARGEM DO
CONTRATO E DA LEI – UM SHOW DE ILÍCITOS E INDÍCIOS
DE MUITO MAIS – PRIMERA TAMPA DA “CAIXA PRETA” ABERTA.

As tarifas de 4,05 e 4,50 praticadas em Belo Horizonte em 2018 / 2019 e a de R\$ 6,35 sugerida (?) na fl. 649 (anexo IX, pag. 89 de 89) do Relatório Final da “Auditoria” realizada em execução do Contrato n°. 2.460/18, Concorrência n°. 2017/002 do Município (Secretaria de Fazenda/Subsecretaria de Administração) c/c o custo de mão de obra menor, não isenção a partir de 60 anos e propinas alhures chamam a atenção exigindo comparação do transporte e do contexto em 7 capitais.

Parametrização do valor da tarifa de ônibus coletivo de Belo Horizonte e da não isenção desta a idosos a partir de 60 anos com as praticadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Curitiba e Porto Alegre foi iniciada em Junho de 2016 para subsidiar sugestão à Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal/BH de Projeto de Lei instituindo o benefício, previsto no Estatuto do Idoso.

Não se conseguiu o pretendido (**a sugestão cidadã foi “torpedeada” e “enterrada” pelo legislativo apesar de subtraída / copiada**), mas se detectou tarifa menor, isenção a partir de 60 anos e custo maior de mão de obra lá fora E SE ALERTOU, ainda mais com as notícias de propinas e condenações no sistema de transporte do Rio de Janeiro configurando covil e precedente e tendo-se em conta que o então candidato, atual prefeito alcinhou a BHTRANS de “Caixa Preta” prenunciando o furtivo/lesivo.

Diga-se que o antes candidato eleito prefeito manteve na BHTRANS S/A o mesmo presidente rotulado por reflexo de operador, “capitão”, do sistema alcinhado com a pecha de “Caixa Preta” e os mesmos conceitos e práticas quebrando, pois, a promessa de campanha, explicitando manutenção da “**Raposa Cuidando do Galinheiro**” referendando o direito de suspeitar e judicializar inclusive da sociedade

**Majoração da Tarifa dos Ônibus do Transporte Público
de BELO HORIZONTE em 2019 Mediante Pré-Acerto Pessoal e Portaria Ilegal:**

A Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A conforme a PORTARIA BHTRANS DPR Nº 168/2018 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 publicada no Diário Oficial do Município edição 5681 de 26/12/2018 cópia disponibilizada na internet, pública e notória, reajustou a tarifa de ônibus do Grupo 3 de R\$ 4,05 em 2018 para R\$ 4,50 em 2019 e oficializou / autorizou, pois, a cobrança aos usuários do transporte coletivo público da capital que foi efetivada e ocorre a partir de 1º de Janeiro de 2019.

Segundo notícia do Jornal *ESTADO DE SÃO PAULO* / “*Estadão*” foram realizadas reuniões entre a BHTRANS e o Sindicato das Empresa de Ônibus a portas fechadas nas quais foi definido reajuste de 11 (11,11) % das tarifas para 2019, reuniões estas admitidas pela empresa pública ao alegar através do e-mail anexado à matéria jornalística que não há obrigação para a feitura de atas (há outras, porém) explicitando, contudo, serem incontroversas as reuniões alcunhadas de “*Reunião de Bacana*”.

O Jornal *O TEMPO / BH* noticiou reajuste da tarifa para R\$ 4,50 em 2019 COMO RESULTADO DE REUNIÃO ENTRE BHTRANS E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO apontando mais, que o preço proposto por auditoria era de R\$ 6,35 (...) => acrescentando-se que o Movimento Popular Tarifa Zero foi impedido de participar da Insólita reunião na qual se negociou o duvidoso reajuste.

Precedente de reunião sobre transporte público e tarifas entre o poder público e empresários sem a presença da parte interessada, o usuário, consumidor do serviço social como a supra citada que negociou o reajuste de 11,1 % a margem do item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de concessões está apontado na fl. ??? do Relatório Final referente ao serviço do contrato 2.460/18, concorrência 2017/002 e faz lembrar a mensagem de Chico Buarque na música “*Vai Passar*” que “*Encaixa Como Luva*”.

**Majoração das Tarifas de Ônibus do Transporte DE OUTRAS
CAPITAIS em 2019 - Comparação - Prova da Maior em Belo Horizonte:**

1º - São Paulo, reajuste de R\$ 4,00 em 2018 para R\$ 4,30 em 2019, conforme *PORTARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTE Nº. 189 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018*, informativos da Secretaria Municipal de Transporte e da SP

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Trans similar paulistana da BHTRANS belo-horizontina e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo e do Jornal Estado de Minas, prova constituída e divulgação.

2° - Rio da Janeiro, reajuste de R\$ 3,70 de Janeiro a Junho/2018 e de R\$ 3,95 de junho/2018 a janeiro/2019 para R\$ 4,05 a partir de fevereiro/ 2019, conforme as RESOLUÇÕES N°. 3091 E 3092 SMTR DE 31/01/2019 PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo e outra, cópias em autos de Mandado de Segurança como complemento do oficial e devida prova e notícias .

3° - Salvador, reajuste de R\$ 3,70 em R\$ 2018 para R\$ R\$ 4,00 em 2019, conforme Portaria n° 002/2019 da AGENCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR – ARSAL, informativo oficial e matérias jornalísticas do portal G 1 da Rede Globo, Revista VEJA e jornais CORREIO da Bahia e A TARDE de Salvador cópias alhures em Mandado de Segurança, provas materiais e notoriedade.

4° - Recife - a tarifa dos ônibus “Anel A” que é a principal e tem 85,32 % da demanda - reajuste de R\$ 3.2043 (3,20) em 2018 para R\$ 3.4300 (3,45) em 2019 conforme RESOLUÇÃO N°. 001 / 2019 ANEXA DO CONSELHO SUPERIOR DO TRANSPORTE METROPOLITANO, órgão colegiado formado pelo Governo do Estado de Pernambuco e Prefeituras do Recife e Olinda e matéria jornalista do Diário de Pernambuco.

5° - Fortaleza, reajuste de R\$ 3,40 em 2018 para R\$ 3,60 em 2019 conformeo DECRETO MUNICIPAL N°. 14.350 DE 15/01/2019 DE FORTALEZA; INFORMATIVOS DA OUVIDORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA EMPRESA DE TRÂNSITO DE FORTALEZA - ETUFOR, e matérias jornalísticas do portal G1 da Rede Globo e jornais Tribuna do Ceará e Diário do Transporte cópias em Mandado de Segurança alhures como provas.

6° - Manaus, reajuste em 2017 de R\$ 3,30 para R\$ 3,80 em 2018 valor mantido e praticado em 2019 (R\$ 3,80), conforme o Decreto Municipal n° 3.641 de 23 de Fevereiro de 2017 do Município de Manaus e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo anexos em Mandado de Segurança em curso como prova e divulgação notoriedade da tarifa, valor mantido para o ano 2020. . VIDE PERCENTUAIS E TARIFAS

- Belo Horizonte + 11,11 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,50;
- São Paulo + 7,50 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,30;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

- Rio de Janeiro + 2,53 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,05;
- Salvador + 8,10 % => Tarifa / 2010 de R\$ 4,00;
- Recife + 7,81 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,45;
- Fortaleza + 5,81 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,60;
- Manaus + 0,00 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,80.

❖ Alerta-se para registros e provas adiante sobre os contextos em que se encontram as sete tarifas e mão de obra parametrizadas e a proporcionalidade.

Alerta-se, ademais, que enquanto a tarifa de ônibus de Belo Horizonte em 2018 era de **R\$ 4,05**, sem concessão de isenção a idosos a partir de 60 anos e com mão de obra de valor menor, => a de São Paulo era de **R\$ 4,00**; a do Rio de Janeiro de **R\$ 3,70** até junho e **R\$ 3,95** até janeiro (2019); a de Salvador de **R\$ 3,70**; a de Recife de **R\$ 3,20**, a de Fortaleza de **R\$ 3,40** e a de Manaus de **R\$ 3,80** com mão de obra maiores, => as 2ª, 3ª e 5ª com isenção a partir dos 60 anos e integração incluída.

Acrescente-se ainda, que em 2016 em São Paulo a tarifa era R\$ 3,80 significando evolução de 13,16 % para chegar aos R\$ 4,30 de 2019 e que no Rio de Janeiro era R\$ 3,80 com redução para R\$ 3,60 implicando evolução média de 9.5 % para atingir os R\$ 4,05 de 2019, evolução e reajustes menores que B. Horizonte que passou de R\$ 3,70 em 2016 para R\$ 4,50 em 2019, 21,62 % de evolução/reajuste.

Diga-se, inclusive, que no ano 2008, em São Paulo, a tarifa era de R\$ 2,30 significando evolução de 86,96 % para atingir os R\$ 4,30 em 2019 e que no Rio de Janeiro a tarifa era de R\$ 2,20 implicando evolução de 84,10 % para atingir os R\$ 4,05 de 2019, evolução e reajustes menores que em Belo Horizonte **ONDE A TARIFA EVOLUIU DE R\$ 2,10 EM 2008 PARA R\$ 4,50 EM 2019 OU 114,29 %**, => de forma ilegal e antissocial.

A evolução da tarifa/BH 28,76 % maior que a média de São Paulo / Rio alerta e os reajustes da BHTRANS sem aplicação dos índices item 11.3.1 da Cláusula 11 dos contratos de concessão/outorgas ODi / ODo; ROi / ROo; VEi / VEo; MOi / MOo e DEi / DEo intrigam, ainda mais em se lembrando da corrupção, propinas e condenações ocorridas no sistema de transporte do Rio de Janeiro e ocorrências similar em Santo André/SP e Governador Valadares, que fazem lembrar da música “É” de Gonzaguinha e outras

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

=> A tarifa BH de R\$ 2,10 em 2008 reajustada no patamar de São Paulo (86,96%) **resulta R\$ 3,926**, registrando-se que em São Paulo a tarifa de R\$ 4,30 em 2019 foi reajustada em 2,33 % passando para R\$ 4,40 em 2020 e que não houve reajustes para 2020 no Rio de Janeiro (R\$ 4,05), Salvador (R\$ 4,00) Recife (R\$ 3,45, Fortaleza (R\$ 3,60) e Manaus (R\$ 3,80), **MENORES QUE BELO HORIZONTE DE R\$ 4,50.**

O “Relatório Final” resultado dos trabalhos referentes ao contrato n°. 2.460/18, concorrência 2017/002 do Município de Belo Horizonte (Secretaria de Fazenda / Subsecretaria de Administração e Logística) aponta na fl 834 que a mão de obra é 50,66 % do custo do sistema e A COMPARAÇÃO INDICA SER O MENOR ENTRE AS CAPITAIS PARAMETRIZADAS.

(Os demais, veículos, diesel, pneus etc., iguais, por serem de mercado)

CUSTO DE MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – MOTORISTA
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO, CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS

B. Horzte.	- São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
2.437,93	2.890,42/M	2.604,93/M	2.392,70	2.342,93	2.187,26	2.553,26
22,50	116,66	40,50	72,00	48,00	87,49	57,50
326,42	667,80	360,00	468,00	380,00	390,00	858,69
2.786,85	3.674,89	3.005,45	2.932,70	2.770,93	2.664,75	3.469,45

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – “COBRADOR”
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO – CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS.

B. Horzte.	- São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
1,076,47	1.675,97	1.413,89	1.417,23	1.078,19	1.312,36	1.276,63
22,50	16,66	40,50	51,60	88,00	52,49	57,50
326,48	667,80	360,00	468,00	380,00	390,00	858,69
1.425,35	2.469,43	1.814,39	1.937,03	1.506,19	1.755,45	2.192,69

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – “FISCAL”
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO – CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS.

B. Horzte.	- São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
1,269,88	1.871,17	1.734,71	1.515,72	1.531,09	2.706,36	
22,50	43,50	61,70	48,00	61,24	57,50	
<u>326,42</u>	<u>360,00</u>	<u>468,00</u>	<u>380,00</u>	<u>390,00</u>	<u>858,69</u>	
1.598,80	2.254,67	2.158,41	1.943,71	1.982,33	3.622,55	

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – TOTALIZAÇÃO:
MOTORISTA + COBRADOR + FISCAL – CONFORME SUPRA CONSIGNADO / DOCUMENTADO.

B. Horzte	- São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
2.786,85	3.674,89	3.005,45	2.932,70	2.770,93	2.664,75	3.468,50
<u>1.425,39</u>	<u>.460,43</u>	<u>1.814,39</u>	<u>1.937,03</u>	<u>1.506,19</u>	<u>1.755,45</u>	<u>2.192,69</u>
4.212,24	6.135,31	4.819,32	4.867,73	4.277,12	4.420,20	5.662,19
<u>1.598,80</u>		<u>2.074,87</u>	<u>2.158,41</u>	<u>1.943,72</u>	<u>1.982,33</u>	<u>3.627,55</u>
5.811,04		6.894,71	7.026,14	6.220,84	6.402,63	9.284,74

Registra-se informações sobre os Municípios que tiveram as tarifas de transporte público e custos de mão de obra apurados e parametrizados em virtude da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A BHTRANS apontar na INFORMAÇÃO TÉCNICA TRANSSUTP Nº 01/2018, QUE O MUNICÍPIO NÃO SUBSIDIA O TRANSPORTE e alegação de vereadores aliados do executivo (?) de que o orçamento municipal não comporta, para a devida contextualização.

LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS, PUBLICADAS / NOTÓRIAS (INTERNET).

Belo Horizonte - LOA 11.145 de 2018 - Orçamento /2019 = R\$ 12.937.745.226,00;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

São Paulo - LOA n°. 17.021 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 60.563.450.056,00;
Rio de Janeiro - LOA n° 6.481 de 2019 - Orçamento/2019 = R\$ 30.632.372.919,00;
Salvador - LOA n°. 9.435 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 7.789.652.000,00;
Recife - LOA n°. 18.936 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 6.067.000.000,00;
Fortaleza - LOA n° 10.841 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 8.074.393.545,00;
Manaus - LOA n° 2.336 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 5.149.837.999,00 .

**POPULAÇÕES DAS CIDADES COM TARIFAS E MÃO DE OBRA
PARAMETRIZADAS, PARA APURAÇÃO DE “ORÇAMENTOS PER CAPTAS”.**

Belo Horizonte = 2.572.070 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
São Paulo = 12.552.023 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Rio de Janeiro = 6.718.903 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Salvador = 2.872.347 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Recife = 1.845.727 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Fortaleza = 2 669.342 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Manaus = 2.182,753 da habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE

**“ORÇAMENTOS PER CAPTAS” DAS CIDADES COM TARIFAS
E MÃO DE OBRA COMPARADAS – ORÇAMENTO DIVIDIDO PELA POPULAÇÃO.**

Belo Horizonte - R\$ 12.933.745.226,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.512.070
(população da cidade) = R\$ 5.148,64 (orçamento “per capita”);

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG**

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

São Paulo	- R\$ 60.563.450.056,00 (Orçamento do Município) dividido por 12.552.023 (população da cidade) = <u>R\$ 4.824,99</u> (orçamento "per capita");
R de Janeiro	- R\$ 30.632.372.919,00 (Orçamento do Município) dividido por 6.718.903 (população da cidade) = <u>R\$ 4.559,13</u> (orçamento "per capita");
Salvador	- R\$ 7.789.652.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.872.347 (população da cidade) = <u>R\$ 2.711,94</u> (orçamento "per capita");
Recife	- R\$ 6.067.000.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.645.727 (população da cidade) = <u>R\$ 3.686,51</u> (orçamento "per capita");
Fortaleza	- R\$ 8.074.393.545,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.669.342 (população da cidade) = <u>R\$ 3.024,87</u> (orçamento "per capita");
Manaus	- R\$ 5.149.837.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.182.183 (população da cidade) = <u>R\$ 2.365,29</u> (orçamento "per capita").

ÁREAS DAS CIDADES COM TARIFAS DE ÔNIBUS E MÃO DE OBRA
SUPRA COMPARADAS, PARA A APURAÇÃO DE ORÇAMENTO POR ÁREA

Belo Horizonte	=	313.554 Km ²	- Código do IBGE 2306200;
São Paulo	=	1.522.988 Km ²	- Código do IBGE 3550308;
Rio de Janeiro	=	1.182.298 Km ²	- Código do IBGE 3304557;
Salvador	=	682.819 Km ²	- Código do IBGE 2927408;
Recife	=	217.494 Km ²	- Código do IBGE 2611606;
Fortaleza	=	313.140 Km ²	- Código do IBGE 2304400;
Manaus	=	11.401.092 Km ²	- Código do IBGE 4045412.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

**ORÇAMENTOS POR ÁREA / KM², DAS CIDADES COM TARIFAS
E MÃO DE OBRA PARAMETRIZADAS – ORÇAMENTOS DIVIDIDOS POR ÁREAS.**

Belo Horizonte	- R\$ 12.933.745.226,00 (Orçamento do Município) dividido por 313.53 (Área da cidade) = <u>R\$ 41.248,95</u> (orçamento por área / Km ²);
São Paulo	- R\$ 60.563.450.056,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.522.988 (Área da cidade) = <u>R\$ 39.766,20</u> (orçamento por área / Km ²);
Rio de Janeiro	- R\$ 30.632.372.919,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.182.298 (Área da Cidade) = <u>R\$ 25.909,18</u> (orçamento por área / Km ²);
Salvador	- R\$ 7.789.652.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 682.819 (Área da cidade) = <u>R\$ 11.243,41</u> (orçamento por área / Km ²);
Recife	- R\$ 6.067.000.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 217.494 (área da cidade) = <u>R\$ 27.895,50</u> (orçamento por área / Km ²);
Fortaleza	- R\$ 8.074.393.545,00 (Orçamento do Município) dividido por 313.140 (Área da cidade) = <u>R\$ 25.571,14</u> (orçamento por área / Km ²);
Manaus	- R\$ 5.149.837.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 11.401.092 (Área da cidade) = <u>R\$ 451,70</u> (orçamento por área / Km ²);

As tarifas de ônibus maiores em Belo Horizonte em 2017/18 e 2019, mais caras entre as 7 capitais comparadas, combinadas com o custo de mão de obra (50,6 % do sistema) menor, conforme supra consignado (demais iguais por serem de mercado) e combinadas ainda com a inexistência de subsídio do Município ao serviço social de transporte coletivo público conforme *INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS SUTP N° 01/2018* da exigiram a parametrização dos contextos e exposição da proporcionalidade afinal.

Detectou-se, além de tarifa proporcional de R\$ 3,926 ao invés da de R\$ 4,50 praticada (*perpetração sem considerar o item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de outorgas das concessões, inclusive*) com base na comparação do custo da mão de obra (50,6 % do sistema), que, em termos proporcionais, **Belo Horizonte tem o maior orçamento entre as sete capitais comparadas, o maior “Orçamento Per Capta”.**

Apurou-se ainda, igualmente em termos proporcionais, que Belo Horizonte tem o maior "*Orçamento por Área/Km²*" entre as 7 capitais comparadas, **enfim, mais dinheiro para cada habitante e para cada Km² de sua área** do que as demais capitais comparadas IMPLICANDO MAIOR CAPACIDADE DE SUBSIDIAR sem faltar dinheiro para remédio, exames (saúde) educação/merenda escolar, saneamento e segurança.

Os dados supraconsignados indicam problemas não só no sistema de transporte público de Belo Horizonte (BHTRANS, CAIXA PRETA / ESQUEMA FURTIVO), mas também na Administração Municipal, reiterando-se que o ocorrido no Rio de Janeiro onde o sistema era covil e exemplifica e no Paraná onde se apurou e houve acordo de leniência e devolução de dinheiro referente a tarifa de pedágio à sociedade alertam.

É que os elementos concretos / oficiais desmentem a BHTRANS ("*Caixa Preta*") e o gestor municipal, prefeito, que eleito e empossado manteve a sistemática furtiva e contrária ao interesse dos cidadãos usuários do serviço de transporte público dando causa a comparação não só da tarifa e custo de mão de obra, mas do contexto;

PERCENTUAIS DA MÃO DE OBRA NO CUSTO DE TRANSPORTE PÚBLICO – RELAÇÃO / PROPORÇÃO E SOBREPREÇO

1 - O subtotal per capta da Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 4.212,24 supra consignado) é 68,65 % do subtotal de São Paulo (R\$ 6.135,31 supraconsignado), **31,34 % menor**, implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório da Maciel Auditores considera-se 50,66 % de 31.35 (%) resultando 15.88 % => que diminuídos do valor da tarifa de São Paulo (R\$ 4,30) aponta o **valor proporcional** lá de R\$ 3.65;

1.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.65 (tarifa relativa de São Paulo) **é igual a R\$ 0,85**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50;

2 - O total per capta de Mão de Obra de B. Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 84,282 % do total do Rio de Janeiro (R\$ 6.894,71 igualmente consignado) **ou 15,718 % menor**, implicando que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do

custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório Final de "Auditoria, considera-se 50,66% de 15,718 % resultando 7.95 % que diminuídos da tarifa praticada no Rio de Janeiro (R\$ 4,05) => aponta **valor proporcional** lá de R\$ 3,72;

2.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.72 (relativa do Rio de Janeiro) **é igual a R\$ 0,78**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

3 - O total per capta de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) **é 82,706 % do total de Salvador** (R\$ 7.026,14 (também consignado acima) **ou 17,293 % menor**, implicando que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório Final de "Auditoria", considera-se 50,66% de 17.293 % resultando 8,76 % percentual que diminuído da tarifa praticada em Salvador (R\$ 4,00) => aponta o **valor proporcional** lá de R\$ 3,65;

3.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.65 (tarifa realativa de Salvador) **é igual a R\$ 0,85**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

4 - O total per capta de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) **é 93,412 % do total do Recife** (R\$ 6.220,84 igualmente consignado) **ou 6,587 % menor**, implicando assim que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria" considera-se 50,66% de 6.587 % resultando 3.337 % que diminuídos da tarifa praticada no Recife (R\$ 3,45) aponta o **valor proporcional exato** lá de **R\$ 3,334**.

4.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.35 (tarifa relativa do Recife) **é igual a R\$ 1,15**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50

5 - O total per capta de Mão de Obra de B. Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) **é 90,760 % do total de Fortaleza** (R\$ 6.402,63 (também consignado), **9,239 % menor**, implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria" considera-se 50,66 % de 9.239% resultando 4,619% percentual que diminuídos da tarifa praticada em Fortaleza (R\$ 3,60) aponta o valor relativo / proporcional lá de R\$ 3.433;

5.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.45 (tarifa relativa de Fortaleza) **é igual a R\$ 1,05**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

6 - O total per capita de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 62,586 % do total de Manaus (R\$ 9.284,74 também consignado), **37,414 % menor** implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria", considera-se 50,66 % de 37,414% resultando, pois, 18.914 % que diminuídos da tarifa praticada de Manaus (R\$ 3,80) aponta o **valor relativo/proporcional** de lá R\$ 3,081 (3.08/310).

6.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.10 (tarifa relativa de Manaus) **é igual a R\$ 1,40**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

Trata-se de custos operacionais diretos e considera-se os custos administrativos na mesma proporção bem como os referentes os diversos encargos trabalhistas e ressalta-se, por oportuno, que os números referentes a mão de obra que é 50,66 % do custo do sistema (outros iguais, por estarem no mercado) **e que sendo menores implica tarifa também menor no mesmo percentual e proporção afinal.**

OBSERVAÇÕES E ALERTAS ACERCA DA REALIDADE EM CAPITAIS COM TARIFAS E CUSTO DE MÃO DE OBRA COMPARADOS

A – Com relação a **São Paulo**, capital com 12.552.023 de habitantes e área de 1.522.988 km², 4,8805 vezes a população de B horizonte e 4,8571 a área:

A.1 – Ainda que São Paulo tenha Orçamento de R\$ 60.563.450.056,00, quase 5 (cinco) de Belo Horizonte que tem de R\$ 12.937.745.226,00, seu "*Orçamento Per Capta*" (R\$ 4.824,00) é menor do que o da capital mineira (R\$ 5.148,64) devido a população muito maior, ocorrendo o mesmo com relação a "*Orçamento Por Área/Km²*" devido a área também maior Implicando menos dinheiro proporcionalmente e menor capacidade de subsidiar transporte cuja tarifa de R\$ 4,30 e 4.40 em 2019/20, menor que as de Belo Horizonte, combinada com o custo de mão de obra maior chama atenção.

A.2 - É que tendo o custo de mão de obra 31,34 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de São Paulo metade dos 31,34 % (15,67 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa B. Horizonte) a metade

dos 31,34 %, **15,67 %, menor que a de São Paulo**, porque não é de se crer em milagre na capital paulista, mas sim em problemas furtivos na capital mineira como no precedente supra citado do de Janeiro e ali de Governador Valadares e no Paraná.

A.3 - Interessante foi São Paulo, apesar de ter “*Orçamentos Per Capta e Por Área / Km²*,” menores. **menos dinheiro proporcionalmente** que Belo Horizonte, subsidiar sua tarifa de transporte público com o montante de R\$ 2,9 bilhões em 2019 conforme prova anexada em Mandado de Segurança (desonerando usuários), valor que representa 4,788 % de seu orçamento anual, => percentual que aplicado ao orçamento de B. Horizonte resulta R\$ 619,4 milhões que não se aplicou onerando o consumidor.

B - Com relação a **Rio de Janeiro**, capital com 6.718.903 de habitantes e área de 1.182.298 km², 2,6122 vezes a população de B. Horizonte e 2.7706 a área:

B.1 - Mesmo que o Município (Rio de Janeiro) tenha o Orçamento de R\$ 30.632.372.919,00, 2,367 o de Belo Horizonte onde é de R\$ 12.937.745.226,00, seu “*Orçamento Per Capta*” (R\$ 4.559,13) é menor do que o da capital mineira (R\$ 5.148,64) devido a população bem maior, ocorrendo o mesmo com relação a “*Orçamento Por Área / Km²*” devido o território maior Implicando menos dinheiro proporcionalmente e menor capacidade de subsidiar transporte cujas tarifas de R\$ 4,00 e R\$ 4,05 em 2019 / 2020, menor que Belo Horizonte, combinadas com o custo de mão de obra maior alertam

B.2 - Alerta-se, porque tendo o custo de mão de obra 15,718 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa do Rio de Janeiro metade dos 15,718 % (7,86 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de B. Horizonte) a metade dos 15,718 %, **7,86 %, menor que a do Rio da Janeiro**, porque os demais custos não podem ser maiores por estarem no mercado, sendo, pois, iguais e alegoricamente falando (metáfora): 3 (três) + 3 (três) é = a 6 (seis) lá, cá e acolá.

B.3 - Interessante no caso do transporte do Rio de Janeiro é que lá, apesar das práticas de tarifas menores e custo de mão de obra maior (metade do custo do sistema), fatos incontestes / incontroversos, => ainda sobrou dinheiro para propinas como apurado, condenado pela justiça e divulgado pela grande imprensa nacional.

C - Com relação a **Salvador**, capital com 2.872.347 de habitantes e área de 682.819 km², 1,114 % vezes a população de B. Horizonte e 1,248 % a área:

C.1 - Chama a atenção de pronto Salvador ter tarifa de R\$ 4,00, 12,5 % menor que a de R\$ 4,50 em Belo Horizonte com custo referente a mão de obra 20,91 % maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos “Per Capta e Por pois Área / km³”* respectivamente 47,33 e 72,74 % menores significando menos capacidade de subsídio e explicitando eficiência lá e indícios de problemas cá, em Belo Horizonte, como, reitere-se, ocorreu no sistema de transporte ali no Rio de Janeiro.

C.2 - É que tendo o custo de mão de obra 20,91 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de Salvador metade dos 20,91 % (10,45 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa Belo Horizonte) a metade dos 20,91 %, 10,45 %, menor que a de Salvador, porque não é de se crer em milagre na capital baiana, mas sim em problemas furtivos na capital mineira como no precedente supra mencionado e no exemplo escancarado pela Operação Lava Jato

D - Em relação a **Fortaleza**, capital com 2.669.342 de habitantes e área de 313,140 km², 3,8 % mais populosa e 0.14 % menor do que Belo Horizonte:

D.1 – É de se alertar ter Fortaleza praticado tarifas de R\$ de R\$ 3,40 em 2018 e de R\$ 3,60 em 2019 - 15,1 e 20, % menores que as de R\$ 4,05 e 4,50 em Belo Horizonte, com custo de mão de obra 10,2 % maior (demais iguais por serem de mercado) e com “*Orçamentos “Per Capta e Por Área / km³”* respectivamente 41,6 e 28,3 menores explicitando menor capacidade de subsidiar e eficiência do transporte público e reforçando os indícios de problemas em Belo Horizonte .

D.2 - Diga-se que tendo Fortaleza o custo de mão de obra 10,18 % maior que o de Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Fortaleza) em termos proporcionais e relativos, metade dos 10,18 % (5,08 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de Belo Horizonte) a metade do percentual (5,09 %), menor que a de Fortaleza reiterando-se não ser de se crer em milagre, claro, mas em eficiência lá e ineficiência, dolo e ilegalidades cá..

E - Com referência ao **Recife**, capital com 1.845,727 de habitantes e área de 217.494 km², 28,24 % menos populosa e 30,6 % menor que Belo Horizonte:

E.1 - Observou-se que Recife teve tarifa de R\$ 3,45 em 2019. 23,33 % menor do que a de R\$ 4,50 de Belo Horizonte com o custo de mão de obra 7,06 %

maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos Per Capta e Por pois Área / km³*” respectivamente 71,6 e 67,6 % menores e explicitando como em Salvador e Fortaleza e outras menos capacidade de subsidiar que combinado à tarifa menor e o custo maior de mão de obra (metade do custo do sistema) alerta.

E.2 - Tendo Recife o custo de mão de obra 7.06 % maior que o de Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Recife) em termos proporcionais e relativos, metade dos 7.06 % (3,53 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de Belo Horizonte) a metade dos 7,06 %, (3,53 %), menor que a de Recife ou em termos proporcionais e relativos, R\$3.35 / R\$ 3,40, R\$ 1.10 menor que Belo Horizonte dando margem, pois, a suspeita fundada;

F - Com relação ao **Manaus**, capital com 2.182.753 de habitantes e área de 11.401.092 km², 14,97 % menos populosa e 36,35 % maior que B. Horizonte

F.1 - Em Manaus a tarifa praticada em 2019 foi a de R\$ 3,80. 15,55 % menor do que a de R\$ 4,50 de Belo Horizonte com o custo de mão de obra 59,78 % maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos Per Capta e Por pois Área / km³*” respectivamente 54,06 e 91,32 % menores demonstrando também, como em Salvador, Fortaleza e Recife, menos capacidade de subsidiar e sinais de que o sistema de transporte é eficiente e sério ou o município se subsidia é muito mais.

F.2 - Havendo em Manaus o custo de mão de obra 37,41 % maior que Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Manaus) em termos proporcionais e relativos, metade dos 37,41 % (18,7 %) maior que a de Belo Horizonte e esta a metade dos 37,41 %, (18,7 %), menor que a de Manaus. Registra-se que os percentuais são diferentes em cada capital comparada que têm números diversos, indicando todas, porém, o ilegal e doloso de Belo Horizonte.

Configura, assim, que São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Recife e Manaus SUBSIDIANDO OU NÃO o transporte público e remunerando mais a mão de obra não permitem onerações excessivas, tarifas não módicas e explicitam sistemas sérios de transporte, discrepando de Belo Horizonte onde se tem “*orçamento per capta*” e “*por área / km²*” maiores (**mais dinheiro, pois, em termos proporcionais**) NÃO SE SUBSIDIA e se escorcha o usuário consumidor significando subtração e muito mais.

“RENDA PER CAPTA” 2019 NAS SETE CAPITALIS
COM TARIFAS E CUSTO DE MÃO DE OBRA PARAMETRIZADOS

B. Horzte. -	São Paulo -	R. Janeiro -	Salvador -	Recife -	Fortaleza -	Manaus
Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo
3,5	4,2	4,1	3,4	3,2	2,9	3,0

Observa-se, que São Paulo teve a renda per capita 20% maior que a de Belo Horizonte e tarifa de ônibus 4.65 % menor (R\$ 4,30 x R\$ 4,50 com isenção a idoso de 60 anos, custo maior de mão de obra /encargos) significando que em Belo Horizonte o peso do transporte é maior onerando, pois, excessivamente o consumidor usuário do serviço em benefício do sistema com ganho ilícito subtraído do usuário/consumidor.

Teve-se também, no Rio de Janeiro, renda per capita 17,2 % maior que B. Horizonte e a tarifa de ônibus 11% menor (R\$ 4.05 x R\$ 4,50) com isenção a idosos a partir de 60 anos, significando o peso do transporte coletivo em Belo Horizonte maior **oneração excessiva ao usuário consumidor e perpetração de tarifa dolosa e não módica** em benefício do sistema E DOS QUE O MANTÉM em detrimento de usuários.

Assevere-se, por ilustração, que São Paulo e Rio de Janeiro têm respectivamente PIBs per capita 62,5 % e 44,33 % maiores significando cidades com economias mais consistentes e mais empregos e remuneração que Belo Horizonte **onde se precisa não só de subsídios (possíveis), mas de sistema de transporte eficiente com tarifa menor, módica e legal/moral sem subtração como se perpetra aqui.**

Onde a tarifa do transporte público (direito social constitucional) deveria e deve ser menor, módica, portanto, **é justamente o contrário**, maior e excessivamente onerosa, explicitando algo de fato ilegal, insólito, tramado furtivamente entre agentes públicos e empresários em Belo Horizonte e SER O “GOVERNO PARA QUEM PRECISA”, NÃO PARA OS SOCIALMENTE PRECISADOS, USUÁRIOS, MAS PARA QUEM “PRECISA” ENCHER AS “BURRAS” e que se efetiva aqui a custa da perpetração de sobrepreço permitido.~

Registra-se por essencial, “data venia”, que a primeira ideia de serviços de transporte coletivo público está voltada para a questão social e da Mobilidade Urbana e da eficiência, que começa por gestão profissional, preço baixo da tarifa, subsidiado até e com rapidez abrangendo segurança, de forma a incentivar o uso e a inibir a utilização

de automóveis que entopem as cidades, explicitando a parametrização efetivada que Belo Horizonte esta na “contramão” da legalidade, moralidade e di interesse público

CONTRATOS DE CONCESSÃO SERVIÇOS DE TRANSPORTE
CONCORRENCIA 131/2008 – CLÁUSULA 11ª, SUBCLÁUSULA 11.3.1.

Os contratos de concessões do serviço de transporte público referentes a concorrência 131/2008 deste Município estabeleceram nas cláusulas 11 sobre o **REGIME TAFIFÁRIO** e em seu (s) item (ns) 11.3.1 a **FÓRMULA ADOTADA PARA CÁLCULO DO REAJUSTE DA TARIFA com alteração pelo sexto aditivo**, “*verbis*”.

CONTRATO (S), CLÁUSULA 11, 11.1 – SUBCLÁUSULA 11.3:

11.1 - Pela prestação dos SERVIÇOS objetos deste CONTRATO caberá a CONCESSIONÁRIA as tarifas pagas pelos passageiros que utilizem seus veículos, de acordo com a política tarifária vigente e os seguintes grupos tarifários:

Grupo I - LINHAS que compõem os SERVIÇOS DIAMETRAIS, SERVIÇOS RADIAIS, SERVIÇOS PERIMETRAIS, SERVIÇOS SEMI-EXPRESSOS e SERVIÇOS TRONCAIS com tarifa de R\$ 2,10.

Grupo II – LINHAS que compõem os SERVIÇOS ALIMENTADORES e os SERVIÇOS CIRCULARES com tarifa de R\$1,50;

Grupo III— LINHAS E VILAS E FAVELAS tarifa de R\$ 0,50;

(iv) Grupo IV - estações do metrô - trem metropolitano com tarifa unitária de R\$1,80 (valor fixado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

11.1.1 As regras de integração tarifária são as descritas nos subitens 3.2.8 e 3.2.15 do ANEXO I e do ANEXO I-A (Rede de Domingo) do EDITAL;

11.1.2 No decorrer do CONTRATO, as regras de integração tarifária poderão ser alteradas pela BHTRANS bem como poderão ser criadas NOVAS INTEGRAÇÕES TARIFÁRIAS;

11.2 A CONCESSIONÁRIA reconhece que os valores tarifários componentes desta cláusula, **EM CONJUNTO COM AS REGRAS DE REAJUSTE** e revisão descritas no presente CONTRATO **são suficientes para a adequada remuneração dos SERVIÇOS**, amortização dos seus investimentos e retorno econômico, na conformidade de suas propostas descabendo-lhe qualquer outra reivindicação perante o pode concedente;

11.3 A tarifa será reajustada anualmente sempre no dia 29 de dezembro.

=> 11.3.1 Para o cálculo do reajuste da tarifa será adotada a seguinte fórmula. (destaque e negrito nosso).

$$Pc = Po * (((0,25 * ((ODi - ODo) / ODo)) + 0,05 * ((ROi - ROo) / ROo)) + 0,20 * ((VEi - VEO) / VEO)) + 0,45 * ((MOi - MOo) / MOo) + 0,05 * ((DEi - DEo) / DEo))'';$$

Onde: Pc = Preço da tarifa calculada;

Po = Preço das tarifas vigentes em 2.008;

ODi = Número Índice de Óleo Diesel; FGV / Preço por atacado - Oferta Global - Produtos industriais Coluna 54, Relativo mês de novembro anterior à data de reajuste;

ODo = Número Índice de Óleo Diesel; FGV / Preço por atacado - Oferta Global - Produtos industriais Coluna 54, Relativo ao mês de novembro de 2.007;

ROi = Número Índice de Rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos – Subitem pneu, Coluna 25 Relativo ao mês de Novembro anterior à data de reajuste;

ROo = Número Índice de Rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos – Subitem pneu, Coluna 25 Relativo ao mês de Novembro de 2.007;

VEi = Número Índice de Veículos, FGV/IPADI Veículos pesados para transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, Relativo ao mês de novembro anterior à data de reajuste;

VEo = Número Índice de Veículos, FGV/IPADI Veículos pesados para transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, Relativo ao mês de novembro de 2.007;

MOi = Número Índice do INPC, utilizado para reajuste de Mão de Obra relativo a novembro anterior à data de reajuste;

MOo = Número Índice do INPC, utilizado para reajuste de Mão de Obra relativo ao mês de novembro de 2007;

DEi = Número Índice do INPC utilizado para reajuste de outras despesas relativo o mês de novembro anterior à data de reajuste;

DEo = Número Índice utilizado para reajuste de outras despesas relativo ao mês de novembro de 2.007.

ILEGALIDADES DA SUBCLÁUSULA 11.3.1, DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS ALTERADA PELO 6º ADITIVO CONTRATUAL

A subcláusula 11.3.1 do (s) contrato (s) de concessão dos serviços de transporte público de Belo Horizonte alterada pelo sexto aditivo contratual estabelece fórmula de reajuste da tarifa e obrigação abusiva, iníqua, tendenciosa, leonina e ilegal do usuário do serviço social (art. 6º da Carta Magna) e coloca o consumido / usuárior em desvantagem exagerada incorrendo nos termos dos arts 39, V, X, XI e 51, IV, X e XV, § 1º, I, II, III do CDC, lei 8.078/90 e viola os princípios da equidade e da boa-fé.

CDC - LEI 8.078 DE 1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO V - DAS PRÁTICAS COMERCIAIS - SEÇÃO IV

=> DAS PRÁTICAS ABUSIVAS

Art. 39 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

XI - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

CAPÍTULO VI - DA PROTEÇÃO CONTRATUAL - SEÇÃO I:

Art. 46 - Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, OU SE OS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS FOREM REDIGIDOS DE MODO A DIFICULTAR A COMPREENSÃO DE SEU SENTIDO E ALCANCE..

SEÇÃO II => DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

Art. 51 - São nulas de pleno direito,(...), as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de (...) serviços que:

IV - ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES CONSIDERADAS INÍQUAS, ABUSIVAS, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor

§ 1º - Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

❖ III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

O (s) Contrato (s) supra referido (s), ademais, com a subcláusula 11.3.1 alterada pelo sexto aditivo contratual, viola (m) especialmente o art. 46 (final) do CDC. lei 8.078/90 e, fazendo lei entre as partes, incorre (m) também nas determinações do art. 166, IV, V, VI e VII (168, parágrafo único) do Código Civil e art. 321 do Decreto-Lei 2.848/40 com indícios de incidência em outros tipos da mesma norma, Código Penal.

ILEGALIDADE DAS PORTARIAS DPR BHTRANS N°S. 135 DE 2016 E 168 DE 2018 A MARGEM DA SUBCLÁUSULA 11.3.1 DOS CONTRATOS

As portarias DPR BHTRANS N°S. 135 de 28/12/2016 e 168 de 26/12/2018 publicadas no DOM-BH não adotaram e não aplicaram, pois, para o calculo e definição das tarifas a fórmula determinada na subcláusula 11.3.1 (cláusula 11ª) dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008 alterada (s) pelo sexto aditivo contratual adotando sim critério pessoal subjetivo extracontrato ilegal negociado e imoral.

Os reajustes oficializados através das Portarias BHTRANS DPR N°S. 135 de 2016 e 168 de 2018, ao elevarem as tarifas para R\$ 4,05 e R\$ 4,50 sem arrimo da fórmula estabelecida pela subcláusula 11.3.1 dos contratos e o sexto aditivo contratual RESULTARAM TARIFA NÃO MÓDICA, EXCESSIVAMENTE ONEROSA E DOLOSO SOBREPREÇO

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

E SOBRELUCRO, porque a tarifa relativa proporcional ao custo de mão de obra menor foi abaixo de R\$ 3,15 e 3,80 **conforme o fundado comparativo supra consignado.**

Ocorreu em 2017, 2018 e 2019/20 com relação ao transporte público de Belo Horizonte violação sorrateira e artilosa dos arts. 6º. § 1º e 7º, I da lei 8.987/95 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços públicos; dos arts. 8º, VI e 14, I, da lei 12.587/12 que **Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana** e da subcláusula 9.1 dos contratos que determinam a modicidade da tarifa.

LEI Nº 8.987 DE 13 DE FEVEREIRO DE 1985:

Dispõe sobre o REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

CAPÍTULO II => DO SERVIÇO ADEQUADO

*Art. 6º - Toda concessão ou permissão PRESSUPÕE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO AO PLENO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, **conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato**". (destaques nossos)*

*§ 1º - SERVIÇO ADEQUADO é o que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação **E MODICIDADE DAS TARIFAS.***

Art. 7º. - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber SERVIÇO ADEQUADO. (art. 6º supra, § 1º, início e final).

LEI Nº 12.587 DE 03 DE JANEIRO DE 2012 -

institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana (...) e dá outras providências

CAPÍTULO II => DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

*REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, Nº. 128.113/2009 - CNPJ/MF Nº. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, Nº. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES Nº 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG*

Art. 8º - A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

I - modicidade da tarifa para o usuário

CAPÍTULO III => DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 14. São direitos dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, sem prejuízo dos previstos nas Leis nºs 8.078, de 11 de 1990, e 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 :

I - Receber o serviço adequado, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. (art. 6º, lei 8.987/95 supratranscrito).

CONTRATOS (4) – CLÁUSULA 9ª. - => DO SERVIÇO ADEQUADO:

9.1 - A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ PRESTAR OS SERVIÇOS SATISFAZENDO AS CONDIÇÕES DE pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, universalidade, segurança, conforto, higiene, cortesia E MODICIDADE DA TARIFA

Observou-se que a subcláusula 11.1 (subitens i, ii, iii) dos contratos de concessão dos serviços de transporte público estabelece os valores do Grupos I = R\$ 2,10 (o maior, que especifica). Grupo II = R\$ 1,50 e Grupo III = R\$ 0,50 , mas as portarias atribuem o valor maior à tarifa do Grupo 3 (III) e o valor menor a tarifa do Grupo 1 (I) invertendo, portanto, e explicitando alheamento aos citados contratos.

A tarifa maior de R\$ 4,50 em 2019 significa aumento de 114.286 % sobre o valor inicial consignado no contrato (R\$ 2.10 + 114,286 % = R\$ 4,50); que a tarifa menor de R\$ 3.15 em 2019 significa aumento de 530 % sobre o valor inicial (R\$ 0,50 + 530 % = R\$ 3,15) e que a tarifa intermediária de R\$ 3,60 em 2019 significa aumento de 140 % sobre o valor inicial, explicitando os diversos índices e o ilegal diante do que estabelece a subcláusula 11.3.1 dos contratos e leis sobre a modicidade.

Merece reiteração que em São Paulo em 2008 a tarifa era de R\$ 2,30 significando que a tarifa de R\$ 4,30 em 2019 aponta evolução / aumento de 86.856 %

(R\$ 2,30 + 86,956 % = R\$ 4,30) e que no Rio de Janeiro em 2008 a tarifa era de R\$ 2,20 significando que a tarifa de R\$ 4,05 em 2.019 aponta evolução/aumento de 84,101 % => sendo Belo Horizonte respectivamente **27,430 e 30,180 % a mais**, (sobrelucro) e com o custo de mão de obra menor e sem isenção aos idosos a partir de 60 anos.

**EVOLUÇÃO DOS CUSTOS, FLS. 147/159 DO RELATÓRIO DA
“VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE”, TARIFA RELATIVA E SOBREPREGO:**

A evolução dos custos do transporte público de 2013 (1.064.150.953) para 2016 (1.259.884.484) conforme as pags. 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação de Custos, fls. 147/159 do Relatório Final da “Auditoria” aponta aumento de 18,4 % que acrescido ao valor da tarifa de 2012 (R\$ 2,65) resulta R\$ 3.137 (R\$ 3.15/20) para 2.017 => aquém, pois, do que estabeleceu a Portaria BHTRANS DPR N° 135 de 28/12/2016.

É que a referida Portaria BHTRANS DPR N° 135 de 2.016 reajustou a tarifa para R\$ 4,05 e explicitou sobrepreço de R\$ 0,85 e “*Tarifa Não Módic*a” e “*Excessivamente Onerosa*” com violação do § 1° (final) do art. 6° da lei 8.987/95, art. 8°, VI da lei 12.527/12 e cláusula 9, 9.1 e 13, 13.1 (i) dos contratos com prática de sobrelucro e subtração ilícita de dinheiro dos usuários consumidores do serviço.

O sobrelucro de R\$ 0,85 resultado da estipulação de tarifa maior do que a decorrente da evolução do custo total do sistema e de outras capitais, 52,85 % em vez de 18,4 % (**percentual de variação dos custos pags 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação fls. 147 a 159 do Relatório Final da “Auditoria”**) referenda o que resultou do comparativo de tarifas e custo de mão de obra entre setes capitais brasileiras .

As tarifas de R\$ 4,05 em 2017/18 e de R\$ 4,50 em 2019 em Belo Horizonte (maiores que São Paulo, R. de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus **chamam atenção diante do fundamentado comparativo de tarifas e custo de mão de obra supra apontado** e também da evolução do custo total do transporte público;

Ainda mais que as Portarias da BHTRANS DPR N° 135 de 2016 e N° 168 de 2018 que reajustaram as tarifas não consideram as determinações do item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de outorgas das concessões do serviço de transporte público

decorrente da licitação concorrência pública 131/2008 e **explicitam, pois. subjetivismo / pessoalidade e acertos a margem do contratado [?] (de forma marginal afinal).**

**BENEFÍCIOS FISCAIS (DESONERAÇÕES) CONCEDIDOS A
CONCESSIONÁRIAS SEM REPASSE À TARIFA, E PERMISSIVIDADE ILEGAL:**

Além de o sistema de transporte de Belo Horizonte praticar reajuste da tarifa acima do percentual de evolução dos custos apontados em relatório de verificação "independente" e sem obedecer a fórmula definida em contrato, isenta concessionárias do ISSQN (lei 10.638/13 - BH); permite a operação sem agente de bordo com motorista cumulando a função e violação dolosa da lei municipal 10.526/12 e CTB, lei 9.503/97 e reverte / destina créditos eletrônicos fora da validade / extintos às concessionárias.

LEI MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, Nº 10.638 DE 16/07/2013.

**=> CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE
QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PARA O SERVIÇO DE
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO (...) POR ÔNIBUS...**

*Art. 1º. Fica isento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer
Natureza - ISSQN - o serviço de transporte público coletivo
urbano de pessoas por ônibus, inserido no subitem 16.01 da
Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, de
30 de dezembro de 2003. (destaque / negrito nosso).*

**=> Parágrafo Único - a isenção de que trata o caput deste
artigo será integralmente repassada ao preço da tarifa,
DEVENDO A REFERIDA TRANSFERÊNCIA SER COMPROVADA NA
PLANILHA DE CUSTOS QUE ESTABELECE O SEU VALOR.).**

*LEI MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE Nº. 10.526 DE 2012 - ALTERA
A LEI Nº 8224 DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;*

*Art. 1º - O § 1º do art. 3º da Lei nº 8.224, de 28 de setembro de
2001, passa a vigorar com a seguinte redação.*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

(Art. 3º) - onissis => "§ 1º - CADA VEÍCULO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E CONVENCIONAL DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE **será operado por um motorista e um agente de bordo**, à exceção dos veículos das linhas troncais do sistema de Bus Rapid Transit (...), dos veículos em operação em horário noturno e nos domingos e feriados, e dos veículos dos serviços especiais caracterizados como executivo, turístico ou miniônibus.

O Estado de Minas Gerais, ademais, estabeleceu *REGIME ESPECIAL – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS PARA O ÓLEO DIESEL* e **Redução de base de cálculo nas saídas do produto das Distribuidoras de combustível para prestadores de serviço de transporte público de passageiros** implicando redução de custo do sistema que não repassa, porém, à tarifa, pois pratica a maior do Brasil dando sinais de que imbróglio pode agradar/agraciar e comprar apoios e impunidade fazendo, o ilícito compensar, o contrário do ocorrido/conderado no Rio de Janeiro.

EVOLUÇÃO DA TARIFA BH CONFORME A VARIAÇÃO DO INPC

R\$ 2,10 em 08 e 10 de 2008 Conforme Combinação das Cláusulas 6º, 6.2 e 11ª e 11.1 (i) e 11.3 dos Contratos de Concessão

2009	- R\$ 2,100	+	6,4800	% (INPC)	= R\$ 2,223	para 2010;
2010	- R\$ 2,223	+	4,1100	% (INPC)	= R\$ 2,314	para 2011
2011	- R\$ 2,314	+	6,4652	% (INPC)	= R\$ 2,463	para 2012
2012	- R\$ 2,463	+	6,0799	% (INPC)	= R\$ 2,612	para 2013
2013	- R\$ 2,612	+	6,1972	% (INPC)	= R\$ 2,773	para 2014
2014	- R\$ 2,773	+	5,5629	% (INPC)	= R\$ 2,927	para 2015
2015	- R\$ 2,927	+	6,2263	% (INPC)	= R\$ 3,109	para 2016
2016	- R\$ 3,109	+	11,2762	% (INPC)	= R\$ 3,459	para 2017
2017	- R\$ 3,459	+	6,5800	% (INPC)	= R\$ 3,686	para 2018
2018	- R\$ 3,686	+	2,0664	% (INPC)	= R\$ 3,762	para 2019
2019	- R\$ 3,762	+	3,5574	% (INPC)	= R\$ 3,895	para 2020

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Conforme o IGP-M, para o período de 01 de 2009 a 12 de 2018, o índice de atualização é de 1.7198548 significando que aplicado o índice sobre o valor da tarifa de R\$ 2,10 apontada na cláusula 11ª, 11.1 do contrato de concessão, **resulta R\$3.61169.**

Conforme o IPCA (IBGE), o índice de atualização, público, para o período de 01/2009 a 12/2018 é de 1.763196 significando que aplicado referido índice ao valor da tarifa de R\$ 2,10 apontada na cláusula 11, 11.1 do contrato, **resulta R\$3,70271.**

Registra-se por oportuno e importante que o IPCA (*índice nacional de preço ao consumidor amplo*) indica e representa, pois, a inflação acumulada de um período, o acúmulo das inflações, e que a tarifa de ônibus do transporte público de Belo Horizonte diante dos elementos oficiais supra referidos que são públicos/notórios é excessivamente onerosa, não módica e extorsiva, suscetível a “freio” legal/judicial.

**ESTUDO ECONÔMICO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO
DE BELO HORIZONTE - CÁLCULO TARIFÁRIO - MOVIMENTO TARIFA ZERO.**

O Estudo Econômico do Sistema de Transporte Público de Belo Horizonte realizado pelo *Movimento Tarifa Zero*, disponibilizado na internet e anexo no Mandado de Segurança concluiu que a tarifa de ônibus deveria ser de R\$ 3,45 em 2017 valor este similar ao resultado da variação da tarifa inicial de R\$ 2,10 pelo INPC supra que acrescido com os ditos índices de 2017,18 e 19 aponta R\$ 3,671 para 2018, R\$ 3,752 para 2019 e R\$ 3.886 para 2020 valores compatíveis com o IGP-M e IPCA citados.

**SOBRELUCRO DECORRENTE DO “SOBREPREGO”
E TARIFA “NÃO MÓDICA”, “EXCESSIVAMENTE ONEROSA” E ILEGAL.**

Comprovado o sobrepreço médio de R\$ 0,85 e 0,50 em 2017 e 2018 e de R\$ 0,75 e R\$ 0.50 em 2019 e 2020 nas tarifas grupo 3 do transporte público de Belo Horizonte e considerado o universo de 400.000.000 de viagens /ano, tem-se sobrelucro de R\$ 340.000.000,00 e R\$ 200.000.000,00 em 2017 / 2018 e de 300000.000,00 e R\$

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG**

200.000.000,00 em 2019 / 2020, ardilosa subtração ilegal de dinheiro de usuários consumidores no total de R\$ 1.040.000.000,00, enriquecimento ilícito de muitos.

Registre-se, considerando a informação pelo Sindicato dos rodoviários de Belo Horizonte da demissão de 4.800 Agentes de Bordo e tendo em conta os salários destes ou R\$ 1.076,47 acrescidos dos encargos legais, direitos e benefícios perfazendo algo em torno de R\$ 2.286,62 per capita, => que as empresas transformaram a ilegalidade (extinção do cargo de Agente de Bordo) e a cumulação pelo motorista em mais sobrelucro, de R\$10.975,004.80 / mês ou 131,7 milhões/ano.

ROBIN HOOD INVERTIDO, AS AVESSAS, "DOOH NIBOR" <= -
TIRA DOS POBRES (CONSUMIDORES) E DÁ AOS RICOS (EMPRESÁRIOS)

É o que ocorre no sistema de Transporte de Belo Horizonte onde se tira dos pobres na forma de tarifa não módica e excessivamente onerosa e mais cara c/c custo de mão de obra menor entre as capitais comparadas, de não isenção da tarifa a idosos de 60 anos, concessão de isenção do ISSQN e redução da base de cálculo do ICMS do diesel, supressão do cargo e função de Agente de Bordo com a cumulação ilegal por motorista e extinção de créditos eletrônicos com repasse a concessionárias.

REAJUSTE DA TARIFA ACERTADO EM REUNIÃO ENTRE BHTRANS E
EMPRESÁRIOS – PORTARIA BHTRANS DPR N° 168 DE 2018 E ANTERIORES

Reiteração de Violação do item 11.3.1 da Cláusula 11ª dos Contratos:

A PORTARIA DPR BHTRANS N° 168 DE 26/12/2018 foi emitida pelo presidente da empresa pública (BHTRANS S/A) considerando ***que os contratos de concessão decorrentes da Concorrência Pública nº. 131/08 estabeleceram critérios para o reajuste da tarifa e Condições para a Revisão dos contratos e que se faz necesssário para a cobertura dos critérios operacionais ajustar as tarifas dos serviços de transporte de passageiros (...)*** E RESOLVE/REAJUSTA.

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Considera-se a existência do critério, MAS NÃO INDICA, apresenta e nem se aplica os índices definidos na “considerada” fórmula, item 11.3.1 da Cláusula 11 dos contratos decorrentes da concorrência n°. 131/08 (ODi / ODo; ROi / ROo; VEi / VEo; MOi / MOo e DEi / DEo), **nada, afinal, além do subjetivo “se faz necessário”** que embase os 11,11 % de reajuste que aumentou a tarifa 2018 de R\$ 4,05 para R\$ 4,50 em 2019.

Tem-se o mesmo nas Portarias BHTRANS DPR N°s 135 de 26/12/2016; 165 de 30/12/2015; 144 de 26/12/2014; 116 de 17/12/2012; 127 de 28/12/2011 e 116 de 27/12/2010, reajustes a margem da fórmula item 11.3.1 das cláusulas 11 dos contratos resultados da concorrência 131/08 sem especificação e aplicação dos índices (ODi / ODo; ROi / ROo; VEi / VEo; MOi / MOo e DEi / DEo), explicitando pessoalidade e ilegalidade.

Não se considerou, em verdade, a fórmula determinada no item 11.3.1 do contrato de concessão dos serviços de transporte que seria o arrimo legal do reajuste perpetrado na Portaria BHTRANS DPR N°. 168 com prática de subjetivismo/pessoalidade e nem mesmo a sugestão de R\$ 6,35 tipo sem noção e absurda registrada na fl. 640 (89 de 89) do Relatório Final da insólita “Auditoria” e praticado o acerto extracontrato.

A Portaria BHTRANS DPR N° 168 não considera e faz “*tabula rasa*” e dos ditames imperativos do item 11.3.1 da cláusula 11ª dos contratos, proporciona vantagem indevida aos concessionários e incorre em nulidade insanável, TENDO SIDO, PORTANTO, **ilegal e lesivas a tarifa perpetrada durante o ano de 2019 em Belo Horizonte.**

A prática de tarifa “*excessivamente onerosa*” e “*não módica*” no transporte público de Belo Horizonte viola também os termos do art. 198, I e II da Lei Orgânica do Município e os ditames do art. 4º da lei 8.429/92 estando as Portarias n°s BHTRANS DPR N°s 135 de 2016 e 168 de 2018 nulas de forma insanável conforme sobredito em ademais, a infringirem os ditames do art. 4º da lei 8.429 de 1.992

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Art. 198 - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de transporte coletivo SERÁ ASSEGURADO por uma ou mais das seguintes condições, conforme dispuser a lei:

I - Tarifa Justa e Sua Revisão Periódica;

II - subsídio aos serviços.

LEI Nº. 8.429 DE 02/06/1992 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia SÃO OBRIGADOS A VELAR PELA ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E PUBLICIDADE no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Tem-se, além do exposto práticas tipificadas pelos arts. 319 e 321 do Decreto-Lei 2.848/40 e indício do ilícito especificado pelo art. 288 da mesma norma (Código Penal) e outros tantos, como ocorrido no Rio de Janeiro, Santo André, Governador Valadares e no Paraná (similar), arts. 319 e 321 que se registra:

DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07/12/1940 - CÓDIGO PENAL

“Prevaricação”: *“Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”:*

“Advocacia administrativa”: *“Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, INTERESSE PRIVADO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, valendo-se da qualidade de funcionário”:*

CONTRATAÇÃO DE AUDITORA E NÃO REALIZAÇÃO CONFESSADA

O anexo do *Relatório de Verificação das Receitas Mês a Mês Incorridas na Prestação de Serviços por Cada Uma das Quatro Concessionária do Período de Janeiro de 2013 a Dezembro 2016*, fls. 80 a 118, fl. 117 do *RELATÓRIO CONSOLIDADO / FINAL* aponta expressamente que os procedimentos executados não constituem auditoria, conforme abaixo transcrito:

“Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Considerando que os nossos trabalhos

foram executados em base amostral de testes (não extensivos), não oferecemos garantia de que não existam outros pontos que não estejam sendo relatados por nós neste momento (...)”.

“Desta forma, não estamos emitindo uma opinião sobre a estrutura de controles internos da BHTRANS ou mesmo dos Concessionários e Consorciadas do serviço de transporte público urbano por ônibus coletivo. (negrito sublinhado nosso).

*“Na medida em que os procedimentos por nós executados **NÃO CONSTITUEM UMA AUDITORIA** das demonstrações contábeis e demais controles e registros da BHTRANS, concessionários ou permissionários do transporte público por ônibus, **NÃO ESTAMOS EMITINDO e não emitiremos qualquer opinião, parecer ou relatório sobre os mesmos de acordo com as normas de auditoria e revisão adotadas no Brasil.** (destaques nossos)*

“Todas as observações apresentadas neste relatório REFEREM-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE executados, referente termo de referência da concorrência Nº 2017/002. (maiúsculas nossas).

*=> “Ressalte-se que o escopo deste projeto de verificação independente **NÃO SE CONSTITUI EM QUALQUER TIPO DE PROCEDIMENTO DE AUDITORIA CONTÁBIL**, de investigação ou de fraude => **Não formos contratados para identificar fraudes ou atos ilegais.**” (...) “12 de dezembro de 2018” (?),*

**ASSERTIVA DE MINISTRO DO STF, ILUSTRAÇÕES,
EXORTAÇÃO DO PAPA FRANCIS NOMA A MAFIOSOS E COMPLEMENTO**

É BASILAR E GRAVE a assertiva veemente do ilustre Ministro CELSO DE MELLO do STF, verbalizada no dia do julgamento de “Habeas Corpus” do ex presidente Lula, ocasião em que o decano alertou estar “o Estado brasileiro foi capturado

pelo crime organizado” explicitando a situação geral no país cuja “Operação Lava Jato” da Polícia, Justiça e MP Federais escancarou explicitando a cultura de furtar

Matérias jornalísticas da grande imprensa nacional apontam corrupção e propinas comprovadas, confessadas e julgadas/condenadas com prisões de agentes públicos e privados no Rio de Janeiro (Governador Valadares) e no Paraná sobre taxa de pedágio com apuração “Acordo de Leniência” e recuperação de muitos milhões subtraídos / furtados da sociedade **ILUSTRAM, ALERTAM** e recomendam atenção.

É que propinas até para governador e crimes apurados e confessados (delatados) no transporte público do Rio de Janeiro com a condenação e prisão também de Deputado Presidente da Assembleia e até de Promotor de Justiça e a denúncia do MPF/RJ contra empresário “Rei dos ônibus” e Desembargador afastado e outros c/c com o que se apurou em Belo Horizonte (*tarifa mais cara do Brasil e custo menor de mão de obra, auditoria tipo “para inglês ver” e hermetismo*) constituem parâmetro alertador.

A propósito de subtração, reuniões entre agentes públicos e empresários do transporte coletivo e a tarifa de R\$ 4,50, é ilustrativa a letra da música “VAI PASSAR” de Chico Buarque, quando diz e alerta que “*Dormia a nossa pátria mãe tão distraída sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações*” assemelhando aqui o caso concreto: “*Dormia (dorme) a comunidade usuária do transporte público tão distraída sem perceber que era (é) subtraída em tenebrosas transações*”.

Ilustra, ademais, a música “E” de Gonzaguinha, abertura da novela das 9 na TV Globo, havendo outras como “Reunião de Bacana” com os Originais do Samba, “Ladrão Colarinho Branco” com Bezerra da Silva e “Bola de Meia, Bola de Gude” em que os mineiros Fernando Brant e Milton Nascimento dizem cantando “*Não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem ser coisa normal*”, que falam de realidade..

Merece citação e registro, como alerta, a exortação do Papa Francisco a mafiosos da Camorra em 2015 *para converterem-se ao amor e à justiça*, porque se aplica a muitos agentes públicos brasileiros, “cristãos” (?), mas adeptos à corrupção, impunidade negociada e jeitinho e avessos a justiça efetiva, naturalmente.

É que segundo o iluminado pontífice, “*como um animal morto fede, a corrupção fede, a sociedade corrupta fede e um cristão que deixa entrar a*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

corrupção fede”, sendo, pois, de se alertar, que além das amostras da “Operação Lava Jato”, há precedentes de furtos ao erário como apurado/condenado no sistema de trânsito do Rio de Janeiro afigurando Brasil fedorento, de instituições públicas podres e agentes políticos catinguentos, suscetíveis a assepsia moral e ao controle social.

A combinação da tarifa maior do Brasil com o menor custo de mão de obra e isenções fiscais lesivas à sociedade e a não isenção a idosos de 60 anos, nas palavras dos membros da ONG Brasil Legal explicita “prática não de espertos, mas de espertalhões” e que o slogan “GOVERNO PARA QUEM PRECISA” não abrange quem “precisa de transporte com modicidade da tarifa”, favorecendo “quem não precisa, como antediro **“Robim hood as avessas que tira do pobre para dar aos ricos”**”.

Diga-se que trunfo de fraudador é praticar ilícitos, os esconder na burocracia e contar com o emperro burocrático, a ineficácia dos controles oficiais e que ninguém veja e se “ver” não enxergue permitindo, pois, a impunidade que incentiva.

Assertiva do Ministro do STF **Luis Roberto Barroso** de que “é preciso armar a sociedade com educação, cultura e ciência” contrapõe a ideia de armar pessoas com arma (de fogo) e incentiva alertar que “a sociedade precisa ser Armada com Educação também Para a Cidadania” e “SENSE DE ESTADO DE DIREITO”, para resolver questões, não com as armas faladas (no tiro) mas com outras (direito / justiça), civilizada e legalmente, QUE É GARANTIA DO ESTADO DE DIREITO CONTRA LADRÕES PARA A PAZ SOCIAL

As resistências ao controle social pelo Município e BHTRANS diante das ilustrações juntadas em processo judiciais; do “COMPARATIVO FUNDAMENTADO / COMPROVADO DAS TARIFAS DE ÔNIBUS URBANO E DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO DE B. HORIZONTE, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR RECIFE, FORTALEZA E DE MANAUS e, especialmente, diante do que escancarou a grande imprensa nacional sobre o que chamaram de “Guardiões do Crivella”, alertam.

É que a resistência e os “bois de piranha” permitem suspeitar existir em BH os “GUARDIÕES DA BHTRANS” a impedir o abrir da “Caixa Preta” (pecha pelo candidato hoje prefeito) e a garantir a prática de “Sobrepço”, “Tarifa Não Módica e Excessivamente Onerosa” e “Sobre-lucro” com perspectiva de muito mais (?), os “GUARDIÕES DE SISTEMA”, sofisticados, ramificados, furtivos/sutis e beneficiários

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

CONCLUSÃO E REGISTROS EM SÍNTESE, PARA REFLEXÃO:

O exposto, concreto, apurado e supra consignado explicita um sistema doloso e organizado para, além de lucrar, que é próprio do capitalismo e legal / moral, subtrair dinheiro de consumidores do transporte público de Belo Horizonte, esquema de sobrepreço na tarifa combinado com o custo menor de mão de obra e outros iguais por estarem no mercado, isenções fiscais e sobrelucro (ganho além do lucro natural) e enriquecimento ilícito em detrimento da sociedade.

Os fatos comprovam que o Poder Legislativo “Fiscalizador”, (Câmara Municipal) permite, apesar de muito “blá-blá-blá” e que a sociedade, contribuintes/eleitores não têm quem os defenda efetivamente dos sistemas / esquemas, do crime organizado que capturou o Estado brasileiro segundo Celso de Melo Ministro do STF e agrada a muitos com o que furta apesar de órgãos como DEFENSORIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO .

Merece reflexão e atenção/alerta ONG e cidadão peticionarem administrativamente e acionarem o judiciário para suprir ilegalidade do órgão requerido e lhes ser negada a eficácia dos incisos XXXIII, XXXIV “a”, “b”, LXIX e LXXVIII, do art. 5º da Constituição da República; Preâmbulo e arts. 2º, II, III. IX e 73, § 1º, III da Constituição Estadual/MG; lei 12.527/11, decretos que regulamentam como o Municipal 14.906/12, Lei Orgânica/BH e dos princípios da moralidade e eficiência.

É que não é de se crer que agente público permite a particular sobrelucro ilegal de milhões sem interesse, vantagem e divisão/proteção, e se fez “*tabula rasa*” do Direito (tipo *abafa*).